

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

MARCOS CATALAN

PABLO MALHEIROS

COORDENADORES

DIREITO CIVIL E

TECNOLOGIA

TOMO I

2ª edição revista e atualizada

FORUM

Marcos Ehrhardt Júnior

Marcos Catalan

Pablo Malheiros

Coordenadores

DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

Tomo I

2ª edição revista e atualizada

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins

DIREITO DIGITAL, DIREITO ELETRÔNICO, DIREITO
E TECNOLOGIA, DIREITO DO CONSUMIDOR.

Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS E DEMAIS OPERADORES
JURÍDICOS QUE BUSCAM ESPECIALIZAÇÃO NO
CAMPO DO DIREITO DIGITAL, ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO DOS ÚLTIMOS TRÊS SEMESTRES
(O LIVRO SERVIRÁ COMO BIBLIOGRAFIA PARA
OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO),
ALUNOS DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL, BEM COMO
ALUNOS DE MESTRADO/DOCTORADO, JÁ QUE
OS ORGANIZADORES E ALGUNS AUTORES
INCLUIRÃO A OBRA NAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS
DE SUAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS.

Estamos vivenciando um intenso período de mudanças provocadas pela utilização de novas tecnologias. O impacto das alterações no modo de interagir com as pessoas, comprar produtos e serviços, aliado ao surgimento de novos bens e formas de compartilhamento, necessita de atenção da doutrina, especialmente pela velocidade com que tais mudanças chegam para apreciação no Poder Judiciário.

Em vários aspectos, as soluções analógicas oferecidas pela legislação vigente necessitam ser repensadas e funcionalizadas, sobretudo num contexto de ausência de regulação estatal (ou regulação insuficiente) sobre temas relativos à inteligência artificial, engenharia genética, novas moedas, privacidade e proteção de dados, ferramentas digitais de interação social e negócios, entre tantos outros assuntos, que constituem uma parcela crescente de nosso cotidiano.

A proposta deste livro é registrar as mudanças nos institutos do direito privado (e as perspectivas para os próximos anos) a partir do impacto das transformações tecnológicas que vivenciamos. Trata-se de uma iniciativa que busca congrega pesquisadores e profissionais do direito de todo o país, além de convidados estrangeiros, para que se possa apresentar um grande retrato do impacto da tecnologia no cotidiano dos sujeitos de direito, tanto em suas relações existenciais quanto patrimoniais.

FORMATO: 17 × 24 cm

CÓDIGO: 10003077

D598 Direito Civil e tecnologia/ Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Pablo Malheiros (Coord.). 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
780 p.; 17 x 24cm
Tomo I

ISBN: 978-65-5518-255-2

1. Direito Civil. 2. Direito Digital. 3. Direito Eletrônico. 4. Tecnologia. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Malheiros, Pablo. IV. Título.

CDD: 342.1

CDU: 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coord.). *Direito Civil e tecnologia*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. t. I. 780 p. ISBN 978-65-5518-255-2.

Marcos Ehrhardt Júnior é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc) e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Marcos Catalan é Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor da pós-graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle. Professor da Escola de Direito da Unisinos. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016).

Pablo Malheiros é Pós-Doutor em Direito na Universidade de Brasília. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Unisul. Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito na Universidade Católica de Brasília. Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília. Professor adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás e professor colaborador do programa de pós-graduação em Direito Agrário da mesma instituição. Diretor de publicação do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Assessor jurídico na Terracap (DF). Advogado.

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	17
PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
DO DEVER DE PREVENÇÃO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
Eduardo Luiz Busatta	21
1 Introdução.....	21
2 Da privacidade à proteção de dados pessoais (ou do homem-castelo à autodeterminação informativa no mundo em rede).....	23
3 Da sociedade de risco e dos riscos em relação aos dados pessoais.....	29
4 Prevenção em matéria de proteção de dados pessoais	34
4.1 A travessia do direito: da atuação repressiva à atuação preventiva	34
4.2 A abordagem baseada no risco do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD (UE) 2016/679	38
4.3 Princípios da boa-fé, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas: a racionalidade <i>ex ante</i> da LGPD	40
5 Conclusão.....	48
Referências	49
A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO NASCITURO	
Adriano Marteleto Godinho, Daniel Sampaio de Azevedo	53
1 Introdução.....	53
2 A situação jurídica do nascituro no direito brasileiro	55
3 O nascituro como titular do direito à proteção dos dados pessoais	60
4 Considerações finais.....	62
Referências	62
A NATUREZA JURÍDICA DO CONSENTIMENTO PREVISTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ENSAIO À LUZ DA TEORIA DO FATO JURÍDICO	
Juliana de Oliveira Jota Dantas, Eduardo Henrique Costa	65
Introdução.....	65
1 A Lei Geral de Proteção de Dados e estrutura para o fluxo de dados	66
1.1 Classificação dos dados pessoais segundo a LGPD.....	69
1.2 Princípios inerentes ao tratamento de dados pessoais: contextualização evolutiva da boa-fé objetiva.....	69
2 Consentimento e autodeterminação informativa	71
3 Breves considerações sobre a teoria do fato jurídico para recorte epistemológico no estudo do consentimento	74
3.1 A constituição do fato jurídico.....	74
3.2 Espécies de fato jurídico	76
4 Em busca da natureza jurídica do consentimento.....	77
Considerações finais.....	82
Referências	83
O USO DE DRONES NO JORNALISMO E A TUTELA DA PRIVACIDADE	
Antonio Jorge Pereira Júnior, Caio Morau	85
Introdução.....	85
1 Conceituação e regulamentação do uso de <i>drones</i>	86
2 Os dilemas do jornalismo por meio de <i>drones</i> e a proteção à privacidade.....	88
3 Direitos sob risco	90
Conclusão.....	94
Referências	95
A PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS E A CULTURA DO CANCELAMENTO	
Bruno de Lima Acioli, Erick Lucena Campos Peixoto	97
1 Notas introdutórias.....	97
2 Privacidade nas redes sociais	99
3 “Descansa, militante!”	100

4	“Passando o pano”	103
5	A cultura do cancelamento e o politicamente correto	103
6	Redes sociais, memória, esquecimento e cancelamento	109
7	Considerações finais	111
	Referências	112

CÂMERAS PRIVADAS DE VIGILÂNCIA ANTE O DIREITO À PRIVACIDADE E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior	115
1 Introdução	115
2 Direito à privacidade na sociedade da informação	116
3 Os limites à utilização das câmeras privadas de vigilância: o direito à privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	119
4 Considerações finais	124
Referências	125

A DIFUSÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA URBE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO INSPIRADO EM ARGOS PANOPTES, CÉREBROS ELETRÔNICOS E SUAS CONEXÕES COM A LIBERDADE E A IGUALDADE

Marcos Catalan	127
1 A cidade em movimento: uma sucinta reflexão a título de introito	127
2 Abrindo fissuras na fenomenologia das relações sociais: método, metodologia e dados relevantes acerca de Porto Alegre e Canoas	131
3 A vingança de Argos Panoptes	135
4 Conclusões inconclusivas: sobre sombras e vaga-lumes	139
Referências	140

O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS LIMITES AO SERVIÇO REMUNERADO DE CONFERÊNCIA DE DADOS POR BIOMETRIA

Ricardo Schneider Rodrigues, Regina Linden Ruaro	143
Introdução	143
1 O direito fundamental à proteção de dados pessoais no Brasil	145
2 O âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais ..	149
2.1 O bem jurídico protegido: a delimitação de dados pessoais e de dados sensíveis	150
2.2 O conteúdo do direito fundamental à proteção de dados: as posições jurídicas situadas em seu âmbito de proteção	152
3 Os limites e os limites aos limites do direito fundamental à proteção de dados pessoais	154
4 Análise do serviço de conferência de dados à luz do direito fundamental à proteção de dados pessoais	158
Conclusão	161
Referências	162

O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO COMBATE À COVID-19: ENTRE SOLUÇÕES E DANOS COLATERAIS

Gabriela Buarque Pereira Silva, Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior	165
1 Introdução	165
2 Utilização de dados pessoais no combate à Covid-19: entre soluções e danos colaterais	166
3 Medidas de enfrentamento à pandemia e a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	171
4 O tratamento de dados pessoais para fins de proteção sanitária no Brasil durante a <i>vacatio legis</i> da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	176
5 Conclusão	179
Referências	181

RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PATRIMONIAIS

REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS INTELIGENTES (SMART CONTRACTS) E SEUS PRINCIPAIS REFLEXOS JURÍDICOS

Guilherme Magalhães Martins, José Luiz de Moura Faleiros Júnior	187
1 Introdução	187
2 O poder pela arquitetura: Lessig, Reidenberg e... Nakamoto?	188

2.1	Da <i>Lex Informatica</i> ao <i>Code</i>	190
2.2	A tecnologia <i>blockchain</i> vista em perspectiva.....	192
2.3	A rede <i>Ethereum</i> e sua relevância para os contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>)	193
3	Exequibilidade baseada no código (<i>code-based enforcement</i>).....	195
4	Periclitâncias e aporias.....	198
4.1	<i>Smart contracts</i> e contratos relacionais.....	200
4.2	Os custos da inflexibilidade.....	201
4.3	Os riscos da tecnocracia.....	202
5	Considerações finais.....	203
	Referências	204

NOVAS FORMAS CONTRATUAIS ESTABELECIDAS A PARTIR DO MONITORAMENTO DIGITAL

	Maurício Requião, Fernanda Rêgo Oliveira Dias	209
1	O monitoramento comportamental através da coleta massiva de dados pessoais na era digital	209
2	Novas formas contratuais estabelecidas a partir do monitoramento	213
3	Natureza jurídica das novas formas contratuais	216
3.1	Boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro. Um paralelo com a sociedade da transparência	216
3.2	Incerteza e falibilidade humana como elementos da execução contratual	219
3.3	Comparação com os contratos de adesão.....	220
4	Considerações finais.....	223
	Referências	224

FINTECHS DE CRÉDITO: BREVE ENSAIO SOBRE A SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS E A SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

	André Luiz Arnt Ramos, Paulo Mayerle Queiroz	227
	Introdução.....	227
	A Resolução CMN nº 4.656/2018 e as <i>fintechs</i> de crédito (sociedade de empréstimo entre pessoas e sociedade de crédito direto).....	230
	Conclusão.....	237
	Referências	238

ASSINATURA ELETRÔNICA DE CONTRATOS DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA: O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO DIREITO IMOBILIÁRIO CONTEMPORÂNEO

	Flaviana Rampazzo Soares	241
	Introdução.....	241
1	O traço conceitual da assinatura.....	242
2	A assinatura virtual e as suas espécies: digital e eletrônica	243
2.1	A assinatura digital.....	245
2.2	A assinatura eletrônica.....	245
3	Níveis de segurança das assinaturas virtuais.....	246
4	Aplicações das assinaturas virtuais na compra e venda de imóveis	248
5	Requisitos específicos de validade da assinatura eletrônica nos compromissos de compra e venda e presunção relativa de integridade de conteúdo e de autoria.....	250
	Conclusões	253
	Referências	255

INOVAÇÃO EM SEGUROS – REFLEXÕES PARA OS CAMINHOS DE TRANSIÇÃO

	Angélica Lucía Carlini	257
	Introdução.....	257
1	Linhas gerais dos aspectos técnicos dos contratos de seguros privados	258
2	Inovação e seguro – Como inovar em um setor conservador.....	261
3	Tendências de inovação para o setor de seguros: os seguros cibernéticos (<i>cyber seguros</i>).....	265
	Conclusão.....	268
	Referências	269

APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA: TUTELA DA VULNERABILIDADE DOS USUÁRIOS DIANTE DOS “TERMOS E CONDIÇÕES DE USO”

Eduardo Nunes de Souza, Cássio Monteiro Rodrigues	271
1 Introdução	271
2 O modelo negocial da <i>sharing economy</i>	272
3 Tutela de vulnerabilidades contratuais e sua extensão à economia compartilhada	277
4 Desafios postos pelos termos e condições de uso das plataformas de compartilhamento	281
5 Considerações finais	286
Referências	287

PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO DO CONSUMIDOR EM RAZÃO DA SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: *GEOPRICING* E *GEOBLOCKING*

Cristiano Heineck Schmitt, Camila Possan de Oliveira	291
Introdução	291
1 Tipos de vulnerabilidade	291
2 Discriminações no mercado de consumo	294
3 <i>Geopricing</i> e <i>geoblocking</i>	295
4 Outras sanções aplicáveis à discriminação do consumidor em razão da sua geolocalização	299
Conclusão	302
Referências	302

RELAÇÕES FAMILIARES E DIREITO DAS SUCESSÕES

CONVIVÊNCIA VIRTUAL: É PRECISO PRIMEIRO TENTAR CONVIVER – NOVAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS PÓS-COVID-19

Caroline Pomjé, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann	307
1 Introdução	307
2 A convivência parental: delimitação do instituto	309
3 Convivência em situações de excepcionalidade: Covid-19 e o convívio familiar	314
4 Conclusão	322
Referências	324

OS IMPACTOS DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NOS INSTITUTOS DA GUARDA E CONVIVÊNCIA FILIAL

Ana Carolina Pires de Souza Senna	327
Introdução	327
1 Evolução da família – Da família patriarcal à família virtual	328
2 Institutos que regem as relações filiais – Autoridade parental, guarda e convivência familiar	330
2.1 Autoridade parental (poder familiar)	330
2.2 Guarda	333
2.2.1 Modalidades de guarda: unilateral e compartilhada	333
2.2.2 A imposição legal do compartilhamento da guarda	334
2.3 Convivência familiar (o direito de visitas)	335
2.3.1 A convivência familiar equilibrada na guarda compartilhada	336
3 A base de moradia	337
4 Utilização dos recursos tecnológicos como forma de efetivação da guarda e convivência filial	338
Conclusão	340
Referências	341

TUTELA JURÍDICA DOS BENS DIGITAIS ANTE OS REGIMES DE BENS COMUNHEIROS

Ana Carolina Brochado Teixeira, Livia Teixeira Leal	345
1 Transformações tecnológicas e seus reflexos sobre a concepção de propriedade	345
2 Os bens digitais e suas peculiaridades	348
3 A (im)possibilidade de partilha dos bens digitais	350
4 Considerações finais	356
Referências	357

TECNOLOGIA NO COMBATE À MÁ-FÉ DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: A PRESUNÇÃO JUDICIAL DA RIQUEZA APARENTE		
Maria Rita de Holanda		359
I	Introdução	359
II	Os alimentos e sua efetividade no contexto de vulnerabilidades	360
III	Privacidade e relativização	364
IV	A riqueza aparente nas redes e os mecanismos de valorização judicial dos indícios como garantia da efetividade dos alimentos	367
V	Conclusão	370
	Referências	370
 NOVAS TECNOLOGIAS DE DETERMINAÇÃO DA PATERNIDADE E O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA		
Lucas Abreu Barroso, Lorenzo Caser Mill		373
1	Abertura	373
2	A petição de herança e sua natureza jurídica	373
3	(In)adequação do prazo prescricional geral do Código Civil?	375
4	A questão do início da contagem do prazo prescricional	376
5	Novas tecnologias de determinação da paternidade e o prazo extintivo da pretensão do exercício do direito de ação na petição de herança	377
	Referências	380
 A COVID-19, O FORMALISMO DO TESTAMENTO E A REFLEXÃO SOBRE O POSSÍVEL PAPEL DA TECNOLOGIA		
Rodrigo Mazzei, Bernardo Azevedo Freire		383
I	Notas introdutórias acerca do planejamento sucessório e do testamento	383
II	Dos rigores formais do testamento particular em tempos de isolamento social e da tecnologia como válvula de escape	386
III	Da conclusão	390
 PROPOSTAS PARA A REGULAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL NO DIREITO BRASILEIRO		
Gabriel Honorato, Livia Teixeira Leal		393
1	Notas introdutórias	393
2	Tentativas de regulação da herança digital e os equívocos legislativos	395
3	Propostas para a regulação da matéria	398
4	Notas conclusivas	405
	Referências	407
 DIREITO DE DANOS ANTE AS NOVAS TECNOLOGIAS		
 A LESÃO CONTINUADA DECORRENTE DE PUBLICAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL		
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, Gustavo Souza de Azevedo		411
1	Introdução: a influência do tempo nas relações jurídicas	411
2	Publicação em mídia digital e lesão continuada	413
3	Consequências jurídicas da lesão continuada oriunda de publicação no ambiente virtual	417
3.1	Contagem de prazos prescricionais e decadenciais	418
3.2	Possibilidade de tutela de remoção do ilícito	420
3.3	Quantificação da compensação por danos extrapatrimoniais sofridos pela vítima	422
4	Reflexões finais	423
	Referências	424
 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS NO TRATAMENTO DE DADOS À LUZ DA LEI Nº 13.709/2018		
Carlos Nelson Konder, Marco Antônio de Almeida Lima		427
1	Introdução	427
2	O cenário atual da responsabilidade civil por dano causado na prestação de serviços advocatícios	429
3	O regime de responsabilidade civil adotado pela LGPD	432
3.1	Argumentos a favor da responsabilidade objetiva	435
3.2	Argumentos a favor da responsabilidade subjetiva	436
3.3	Afinal, qual é o regime adotado pela LGPD?	437

4	Os impactos da LGPD na responsabilidade civil do advogado por tratamento de dados.....	439
5	Conclusão.....	442
	Referências	442
CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS FORMADOS A PARTIR DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL		
	Geraldo Frazão de Aquino Júnior	445
1	A internet e a contratação eletrônica	445
2	Os contratos eletrônicos.....	450
3	A responsabilidade civil no âmbito dos contratos eletrônicos formados a partir de sistemas de inteligência artificial	456
4	Considerações finais.....	461
	Referências	462
RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ILÍCITA NAS REDES SOCIAIS		
	Dante Ponte de Brito	465
1	Introdução.....	465
2	Ciberspaço, publicidade, consumismo e redes sociais.....	466
3	Influenciadores digitais e controle da publicidade nas redes sociais.....	469
4	Responsabilização dos influenciadores digitais e dever de indenizar	475
5	Conclusão.....	477
	Referências	477
LIBERDADE, VERDADE E <i>FAKE NEWS</i> : MECANISMOS PARA O RESSARCIMENTO DE DANOS		
	João Quinelato	479
	Introdução.....	479
1	<i>Fake news</i> : definição, consequências e incompatibilidades com as liberdades comunicativas.....	482
1.1	<i>As fake news</i> e o <i>marketplace of ideas</i>	486
1.2	Os limites às liberdades comunicativas	492
2	A responsabilidade civil solidária entre o provedor de aplicações e o autor da notícia pelos danos decorrentes de <i>fake news</i>	494
	Síntese conclusiva.....	499
	Referências	499
DISRUPÇÃO E DESAFIOS DE NOVAS TECNOLOGIAS		
NOVAS TECNOLOGIAS E O FUTURO DAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PRIVADAS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A PREPONDERÂNCIA DO “FATOR HUMANO”		
	Alexandre Barbosa da Silva, Phillip Gil França	505
1	Introdução.....	505
2	Relações obrigacionais na era da inteligência artificial.....	508
3	Quando a inteligência artificial ameaça a inteligência natural nas relações obrigacionais	511
4	Direito obrigacional, inteligência artificial e fator humano	515
5	Conclusões	520
	Referências	523
A ROBÓTICA E AS DISCUSSÕES SOBRE A PERSONALIDADE ELETRÔNICA		
	Marcelo de Oliveira Milagres	525
1	Considerações iniciais	525
2	Robótica	526
3	Personalidade	527
4	Robótica e personalidade	529
5	Conclusões	533
	Referências	534

DOS PINCÉIS AOS ALGORITMOS: A TITULARIDADE DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CRIATIVAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
Marcelo L. F. de Macedo Bürger, Rafael Corrêa	535
1 "Lord, what fools these mortals be!": Pigcasso, a <i>selfie</i> do macaco, inteligência artificial e o incessante repensar sobre as titularidades	535
2 A expansão da criatividade e a aquisição de propriedade intelectual: inovação em sentido estético e técnico nas aplicações de inteligência artificial	539
3 A César o que é de César: a quem atribuir a titularidade das expressões artísticas e criativas desenvolvidas por inteligência artificial?.....	543
4 Conclusões	547
Referências	548
STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DE BASE TECNOLÓGICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO	
José Luiz de Moura Faleiros Júnior	551
1 Introdução.....	551
2 O empreendedorismo e seu papel no "direito das <i>startups</i> "	551
2.1 Inovação disruptiva, inovação descontínua e testagem.....	554
2.2 Pivotagem e MVP.....	555
3 O "direito das <i>startups</i> " no Brasil	556
3.1 Relações B2B, B2C e a assimetria contratual atípica das relações B2b	557
3.2 <i>Startups</i> e redes contratuais.....	561
3.3 <i>Vesting</i> e a teoria dos contratos relacionais	563
4 Considerações finais.....	566
Referências	567
MARCO LEGAL PARA <i>STARTUPS</i> NO BRASIL: UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA SEGURANÇA JURÍDICA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO	
Clara Cardoso Machado Jaborandy, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar	569
1 Introdução.....	569
2 Características específicas da <i>startup</i> e a necessidade de regulação jurídica específica	570
3 Declaração de direitos de liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019), Inova Simples e criação de um marco legal para <i>startups</i>	574
4 Considerações finais.....	580
Referências	580
DIREITO 5.0	
José Barros Correia Junior, Paula Falcão Albuquerque	583
Introdução.....	583
1 A Revolução Industrial: será que já se pode pensar na era 5.0?	584
1.1 As revoluções industriais	584
1.2 Computação tradicional <i>vs.</i> computação quântica	586
2 Inteligência artificial (IA) e a computação quântica.....	588
3 A máquina quântica e a segurança relacional na área da computação avançada.....	590
4 Problemas que o direito (atual) não pode deixar de resolver.....	592
Considerações finais.....	594
Referências	595
PLATAFORMAS DE <i>STREAMING</i> E O COMPARTILHAMENTO DE SENHAS: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NA ECONOMIA DE COMPARTILHAMENTO	
Gabriela Buarque Pereira Silva	597
1 Introdução.....	597
2 Termos de uso de plataformas de <i>streaming</i>	598
3 O delito de violação ao direito autoral.....	601
4 O enquadramento jurídico do compartilhamento de senhas.....	606
5 Considerações finais.....	610
Referências	610
PERSONALIDADE JUDICIÁRIA DO NAVIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO MARÍTIMO EM FACE DO ABUSO DO DIREITO DE PERSONALIDADE DO NAVIO	
Ingrid Zanella Andrade Campos	613

1	Introdução.....	613
2	A responsabilidade e a personalidade judiciária do navio	615
3	Os possíveis direitos de personalidade do navio	618
4	Abuso de direito subjetivo e responsabilidade civil no direito marítimo	621
5	Conclusão.....	622
	Referências	623

BIODIREITO E TECNOLOGIA

O DIREITO E O AVANÇO DA ENGENHARIA GENÉTICA		
Mikaela Minaré Braúna, Leonardo Minaré Braúna		
		627
1	Introdução.....	627
2	Engenharia genética	629
2.1	Nucleases Dedos de Zinco (<i>Zinc Finger Nucleases – ZFNs</i>).....	631
2.2	Nucleases Ligadas a Proteínas Efetoras Semelhantes a Ativadores Transcricionais (<i>Transcription Activator-Like Effector Nucleases – TALENs</i>)	631
2.3	Meganucleases (<i>Laglidag Homing Endonucleases – LHEs</i>).....	632
2.4	Repetições Palindrômicas Curtas Espaçadas por Agrupamentos Regulatórios (<i>Clustered Regulatory Interspaced Short Palindromic Repeats – CRISPRs/Cas9</i>).....	632
3	Da laicidade do Estado	635
4	Princípio e valor.....	635
5	Princípios constitucionais.....	637
6	A dignidade da pessoa humana	637
7	Direito à vida.....	638
8	Direito à saúde.....	639
9	Livre expressão da atividade científica.....	639
10	Considerações finais.....	640
	Referências	641

ENTRE A FICÇÃO CIENTÍFICA E A REALIDADE: O “ÚTERO ARTIFICIAL” E AS (FUTURAS) PERSPECTIVAS EM MATÉRIA DE BIOTECNOLOGIA REPRODUTIVA HUMANA À LUZ DO BIODIREITO

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto, Carlos Henrique Félix Dantas		
		645
	Introdução.....	645
1	O admirável mundo novo da ectogênese: entre a ficção científica utópica e a realidade.....	647
2	O “útero artificial”, o presente e o futuro: em que fase estamos?	650
3	Dilemas jurídicos que podem advir do uso do “útero artificial” em humanos: o papel do biodireito como norteador das novas biotecnologias.....	656
3.1	O papel da bioética e do biodireito na proteção da pessoa humana a partir do desenvolvimento de novas tecnologias	656
3.2	Os possíveis efeitos jurídicos do recurso ao “útero artificial”	659
3.2.1	A tutela jurídica do embrião gestado no “útero artificial”: atribuição dos direitos da personalidade e extensão da proteção jurídica do nascituro.....	660
3.2.2	Estabelecimento dos vínculos materno-paterno-filiais no contexto da ectogênese	662
3.2.3	O “útero artificial” e as suas possíveis repercussões no campo contratual e na responsabilidade civil.....	665
	Considerações finais.....	668
	Referências	669

CIRURGIAS ASSISTIDAS POR ROBÔS E ANÁLISE DIAGNÓSTICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS SOBRE OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS E O EQUACIONAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA		
Paulo Nalin, Rafaella Nogaroli		
		673
1	Notas introdutórias: o (re)pensar da responsabilidade civil e dos princípios contratuais com a utilização da robótica e inteligência artificial nos cuidados da saúde.....	673
2	Cirurgias assistidas por robô e reflexos na seara da responsabilidade civil.....	676
2.1	Conceitos basilares da responsabilidade civil médica no séc. XXI.....	677
2.2	Forma de atribuição da responsabilidade civil entre todos os agentes envolvidos na cirurgia robótica	680
3	Inteligência artificial na análise diagnóstica e responsabilidade médica por erro de diagnóstico	685

3.1	Riscos da inteligência artificial na análise diagnóstica e as cláusulas contratuais éticas.....	687
3.2	Responsabilidade civil do médico na análise diagnóstica apoiada em inteligência artificial.....	691
4	Conclusão.....	693
	Referências.....	695

EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

PRIVACIDAD Y CONSENTIMIENTO EN EL ENTORNO DIGITAL. APROXIMACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DE LA UNIÓN EUROPEA		
	M. Natalia Mato Pacín.....	699
I	Introducción: Desarrollo tecnológico y datos personales.....	699
II	El consentimiento como base legal para el tratamiento de datos personales....	701
1	Requisitos para un consentimiento válido.....	701
2	El consentimiento al tratamiento de datos personales en los contratos “gratuitos”.....	704
3	Las otras bases legales para el tratamiento de datos personales.....	707
III	¿Del modelo “advice & consent” al del “privacy by design”?.....	709
	Bibliografía.....	713
LA OBSOLESCENCIA PROGRAMADA EN LA LEY 19.496 SOBRE PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS CONSUMIDORES CHILENA		
	Erika Isler Soto.....	717
	Introducción.....	717
1	Una aproximación conceptual.....	718
2	Obsolescencia programada y régimen de la Ley 19.496.....	718
2.1	El consumidor no ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada en el producto.....	718
2.1.1	El derecho básico a una información veraz y oportuna.....	719
2.1.2	La información básica comercial.....	721
2.1.3	Publicidad falsa y/o engañosa.....	722
2.2	El consumidor ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada.....	723
	Conclusiones.....	725
	Bibliografía.....	726
LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS TÉCNICAS DE SECUENCIACIÓN MASIVA Y SUS IMPLICACIONES JURÍDICAS EN EL CAMPO DEL DERECHO PRIVADO		
	Natalia Wilson Aponte.....	729
I	Introducción.....	729
II	Regulación, características y tratamiento de los datos genómicos.....	730
III	Riesgos inherentes al tratamiento de los datos genómicos.....	734
IV	Medidas jurídicas de protección en función al tratamiento de datos genómicos.....	741
	Referencias.....	744
LAS NUEVAS TECNOLOGÍAS ANTE LA “SEXTIMIDAD”. LA RESPONSABILIDAD CIVIL Y PENAL POR EL SEXTING		
	Albert Ruda.....	745
1	Introducción.....	745
2	Riesgos del sexting desde el prisma de la responsabilidad civil.....	746
3	La intersección con el Derecho penal.....	750
4	Conflictos entre los intereses en juego.....	755
5	Aspectos subjetivos.....	758
6	El daño.....	765
7	Conclusiones.....	768
	Bibliografía.....	769
	SOBRE OS AUTORES.....	773

Adriano Marteleto Godinho

Professor da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail*: adrgodinho@hotmail.com.

Albert Ruda

Profesor agregado de Derecho civil. Decano – Facultad de Derecho, Universidad de Girona. *E-mail*: albert.ruda@udg.edu.

Alexandre Barbosa da Silva

Doutor em Direito pela UFPR. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Univel e da Escola da Magistratura do Paraná. Bolsista Capes no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior nº 9808-12-4, com Estudos Doutorais na Universidade de Coimbra. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional Virada de Copérnico da UFPR e do Grupo de Pesquisas Direito e Regulações da Univel. Procurador do Estado do Paraná.

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Diritto Civile pela Università degli Studi di Camerino, Itália. Professora de Direito Civil do Centro Universitário UNA. Coordenadora editorial da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Advogada.

Ana Carolina Pires de Souza Senna

Advogada com especialização em Direito das Famílias e Sucessório pela Universidade Cândido Mendes.

André Luiz Arnt Ramos

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil na Universidade Positivo. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico (UFPR). Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná, ao Instituto Brasileiro de Direito Contratual e ao Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. Advogado.

Angélica Lucía Carlini

Doutora em Direito Político e Econômico. Doutora em Educação. Mestre em Direito Civil. Mestre em História Contemporânea. Pós-Doutora em Direito Constitucional. Graduada em Direito. Docente do Ensino Superior. Advogada. Parecerista.

Antonio Jorge Pereira Júnior

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco (USP). Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Fortaleza (PPGD-Unifor, Capes 6). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado na Constituição (CNPq). Avaliador do Ministério da Educação (Sinaes). Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ), da International Academy for the Study of the Jurisprudence of the Family (IASJF) e da Academia Iberoamericana de Derecho de la Familia y de la Persona (AIDFP). Membro da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS) e Presidente da seção Ceará (ADFAS-CE). Coordenador de Pesquisa sobre Depoimento Especial de Criança Vítima de Violência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2017-2019). Autor de enunciados aprovados nas Jornadas de Direito Civil de 2018 (STJ). Advogado regularmente inscrito na OAB/SP e OAB/CE. Membro da Comissão de Direito de Família (CDF), Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDDCA) e da Comissão de Ensino Jurídico (CEJ) da OAB/CE (2019-2021). Árbitro nacional (Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – Cames e Corte de Paris). Vencedor do Prêmio Jabuti 2012 com o livro *Direitos da Criança e do Adolescente em face da TV* (São Paulo: Saraiva, 2011). Vencedor do Prêmio Orlando Gomes-Elson Gottschalk da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (2002 e 2010). Autor de mais de 120 obras publicadas (livros e artigos) no Brasil e exterior. Jornalista.

Bernardo Azevedo Freire

Especialista em Direito Civil e Processo Civil (EPD). Pós-Graduando em Direito Societário (FGV) e Direito Digital (Ebradi). Advogado.

Bruno de Lima Acioli

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do grupo de pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (Ufal). Membro da Comissão de Inovação e Tecnologia Jurídica da OAB Alagoas. Professor de Direito Civil e Direito Empresarial no Centro Universitário Mário Pontes Jucá (UMJ). Advogado. Contato: bruno.acioli@uol.com.br.

Caio Morau

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP), com um ano da graduação cursado na Universidade de Paris. Professor de Direito Civil e Direito Empresarial da Universidade Católica de Brasília. Professor convidado da Escola Superior de Direito no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Civil e Processo Civil. Professor convidado do Curso Preparatório para OAB Proordem. Professor convidado do portal jurídico Trilhante. Membro da Comissão de Assuntos Legislativos da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS). Membro da União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP). Parecerista *ad hoc* da *Revista de Direito de Família e das Sucessões*. Monitor de História do Direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Autor de artigos e obras jurídicas. Assessor jurídico no Senado Federal. Consultor. Advogado. Árbitro (Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – Cames).

Camila Possan de Oliveira

Mestre em Direito do Consumidor e da Concorrência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Especialista em Direito Bancário, Direito do Consumidor e Direito Processual Civil. Advogada.

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Professor Titular e Ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade pela UERJ. Presidente do Fórum Permanente de Direito Civil da Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (Esap/PGE). Vice-Presidente do Iberc (Instituto Brasileiro de Estudos da Responsabilidade Civil). Advogado. Consultor. Parecerista em temas de Direito Privado.

Carlos Henrique Félix Dantas

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-Graduando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Advogado. *E-mail*: carloshenriquefd@hotmail.com.

Carlos Nelson Konder

Professor do Departamento de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Especialista em Direito Civil pela Universidade de Camerino (Itália). Advogado.

Caroline Pomjé

Mestra em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogada em Porto Alegre/RS. *E-mail*: caroline@scarparo.adv.br.

Cássio Monteiro Rodrigues

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor convidado de cursos da PUC-Rio e do Ceped-UERJ. Advogado.

Clara Cardoso Machado Jaborandy

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social, presente no diretório do CNPq. Advogada militante em Direito Público e Empresarial. Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/SE.

Cristiano Heineck Schmitt

Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris. Advogado. Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB/RS e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Porto Alegre/RS. Diretor Secretário-Geral Adjunto do Instituto Brasilcon. Professor da Faculdade de Direito da PUCRS e de cursos de Especialização em Direito. Autor de livros e de artigos jurídicos.

Daniel Sampaio de Azevedo

Advogado, com LL.M pela Washington University in St. Louis, MO (EUA). Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. *E-mail*: sampaiozvd@hotmail.com.

Dante Ponte de Brito

Professor Adjunto III da Faculdade de Direito (Fadi) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Advogado atuante nas áreas de Direito Civil e do Consumidor. *E-mail*: dantepbh@ufpi.edu.br

Eduardo Henrique Costa

Mestrando em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Especialista em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor do Centro Universitário Cesmac. Advogado.

Eduardo Luiz Busatta

Doutorando em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Procurador do Estado do Paraná. *E-mail*: elbusatta@gmail.com.

Eduardo Nunes de Souza

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto de Direito Civil dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da UERJ. Professor dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Ceped-UERJ e da PUC-Rio.

Erick Lucena Campos Peixoto

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do grupo de pesquisas de Direito Privado e Contemporaneidade (Ufal). Membro da Comissão de Inovação e Tecnologia Jurídica da OAB Alagoas. Professor de Direito Civil e Direito Digital no Centro Universitário Mário Pontes Jucá (UMJ). Advogado. *E-mail*: ericklucenacp@gmail.com.

Erika Isler Soto

Profesora de Derecho Civil, Universidad de Talca. Abogada; Licenciada en Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Austral de Chile; Licenciada en Estética, Pontificia Universidad Católica de Chile; Magíster en Derecho, mención Derecho Privado, Universidad de Chile; Magíster en Ciencia Jurídica, Pontificia Universidad Católica de Chile; Doctora en Derecho, Pontificia Universidad Católica de Chile; eisler@utalca.cl.

Fernanda Rêgo Oliveira Dias

Mestranda em Direito pela UFBA. Membro do grupo de pesquisa Autonomia e Direito Civil Contemporâneo. Advogada.

Flaviana Rampazzo Soares

Professora em cursos de Pós-Graduação em Direito *lato sensu*. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogada. *E-mail*: frampazzo@hotmail.com.

Gabriel Honorato

Mestre em Direito pela UFPB. Pós-Graduado em Direito Civil pela ESA/PB. Advogado. Professor. Diretor Tesoureiro do IBDFam/PB. Membro da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões do CFOAB.

Gabriela Buarque Pereira Silva

Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Advogada. *E-mail*: gabrielabuarqueps@gmail.com.

Geraldo Frazão de Aquino Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduado e Mestre em Direito e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Guilherme Magalhães Martins

Promotor de Justiça Titular da 5ª Promotoria do Consumidor e Contribuinte da Capital – Rio de Janeiro. Professor Associado de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor Permanente do Doutorado em Direito, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutor em Direito Civil (2006), Mestre em Direito Civil (2001) e Bacharel (1994) pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Doutorando em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – Largo de São Francisco. Professor Adjunto (licenciado) da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes – Centro. Foi Professor Visitante do Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2009-2010). É Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB Nacional, junto à Comissão de Direito do Consumidor. Leciona Direito Civil, Direito do Consumidor e temas ligados ao Direito Digital e aos novos direitos. Diretor do Brasilcon. Diretor Institucional do Iberc e associado do IBDFam.

Gustavo Souza de Azevedo

Mestrando em Direito Civil na Faculdade de Direito da UERJ. Advogado.

Ingrid Zanella Andrade Campos

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Liability for Maritime Claims e Law of Marine Insurance, pela International Maritime Law Institute. Professora da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Professora Adjunta da UFPE. Vice-Presidente da OAB/PE. Presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Petróleo da OAB/PE. Secretária-Geral da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário da OAB. Membro da Diretoria da Women's International Shipping & Trading Association – WISTA, do Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo – IIDM, da Associação Brasileira de Direito Marítimo – ABDM. Secretária-Geral do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP. Árbitra permanente do Centro Brasileiro de Arbitragem Marítima (CBAM). Auditora Ambiental Líder de terminais de granel líquido, portos, plataformas e refinarias. Oficial da Ordem do Mérito Naval – Marinha do Brasil. Sócia do escritório Queiroz Cavalcanti Advocacia.

Jéssica Andrade Modesto

Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Advogada. Servidora Pública Federal. *E-mail*: jessicaandrademodesto@hotmail.com.

João Quinelato

Mestre e Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Direito Civil do Ibmec. Secretário-Geral da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ. Associado ao Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil. Advogado. *E-mail*: joao@lapadadvogados.com.br.

José Barros Correia Junior

Doutor em Constitucionalização das Relações Privadas pela Faculdade de Direito de Recife – FDR/UFPE. Professor dos cursos de Graduação e Mestrado da Faculdade de Direito de Alagoas – FDA/Ufal. Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE e Problemas de Direito Civil Constitucional na Sociedade Contemporânea da Ufal. Advogado militante.

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Especialista em Direito Processual Civil, Direito Civil e Empresarial, Direito Digital e Compliance. Participou de curso de extensão em Direito Digital da University of Chicago. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor de cursos preparatórios para a prática advocatícia. Foi pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Digital da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Membro do Instituto Avançado de Proteção de Dados – IAPD. Associado do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – Iberc. Autor de obras e artigos dedicados ao estudo do direito e as suas interações com a tecnologia. Advogado.

Juliana de Oliveira Jota Dantas

Professora Adjunta da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA/Ufal). Doutora em Direito pela UFPE.

Leonardo Minaré Braúna

Biólogo.

Livia Teixeira Leal

Doutoranda e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Pós-Graduada pela EMERJ. Professora da PUC-Rio, da EMERJ e da ESAP. Assessora no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ. Autora do livro *Internet e morte do usuário: propostas para o tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede*, publicado pela Editora GZ.

Lorenzo Caser Mill

Mestrando em Direito Processual e Bacharel pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Grupo de Pesquisa Desafios do Processo (UFES). Advogado.

Lucas Abreu Barroso

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de Direito Privado na Universidade Federal do Espírito Santo. Advogado.

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Foi Pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o Mestrado. Advogado. Mediador Humanista. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). *E-mail*: manuelcamelo2012@hotmail.com.

Marcelo de Oliveira Milagres

Pós-Doutor pela Università degli Studi di Verona. Doutor e Mestre em Direito pela UFMG. Professor de Direito Civil na UFMG (Graduação e Pós-Graduação).

Marcelo L. F. de Macedo Bürger

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba (Unicuriitiba). Presidente da Comissão de Relações Acadêmicas do IBDFam. Membro do Iberc e do grupo de pesquisa Virada de Copérnico (PPGD/UFPR).

Marco Antônio de Almeida Lima

Mestrando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco – Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Unilasalle. *Visiting Scholar* no Instituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio Pós-Doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho da Universidade da República, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidade de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidade de Córdoba na Argentina. Editor da *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*. Líder do grupo de pesquisas Teorias Sociais do Direito. Cofundador da rede de pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado Parecerista.

Marcos Ehrhardt Júnior

Advogado. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Presidente da Comissão de Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc). Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Maria Rita de Holanda

Pós-Doutora pela Universidad de Sevilla. Doutora em Direito Civil pela UFPE. Professora Adjunta I da Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa Conrep – Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE.

María Natalia Mato Pacín

Profesora Doctora de Derecho Civil – Universidad Carlos III de Madrid.

Maurício Requião

Doutor em Direito pela UFBA. Professor de Direito Civil na Universidade Federal da Bahia e na Faculdade Baiana de Direito. Líder do grupo de pesquisa Autonomia e Direito Civil Contemporâneo. Advogado.

Mikaela Minaré Braúna

Advogada.

Natalia Wilson Aponte

Abogada de la Universidad Externado de Colombia. Especialista en Derecho de Seguros de la Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colombia). Especialista en Derecho Comercial de la Universidad de los Andes (Bogotá, Colombia). Máster en Derecho de Daños de la Universitat de Girona, España. Estudiante de Doctorado de la Universitat de Girona, España.

Paula Falcão Albuquerque

Doutoranda em Direito pela UFPE. Mestra em Direito pela Ufal. Integrante do grupo de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep), da UFPE. Pesquisadora do grupo de pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade, da Ufal. Professora de Direito. Advogada. *E-mail*: paula.falcao@hotmail.com.

Paulo Mayerle Queiroz

Mestrando em Direito das Relações Sociais pelo PPGD-UFPR. Pós-Graduando em Direito das Famílias e das Sucessões pela Universidade Positivo. Bacharel em Direito pela UFPR. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico (PPGD-UFPR). Advogado.

Paulo Nalin

Advogado. Sócio da Araúz Advogados Associados. Pós-Doutor em Contratos Internacionais pela Juristische Fakultät Basel (Faculdade de Direito da Universidade de Basiléia, Suíça). Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente associado de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (Graduação e Pós-Graduação). Professor do L.L.M. da Swiss International Law School (SILS). Foi Professor Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de 2003 a 2004. Membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da Ordem dos Advogados do

Brasil, Seccional do Paraná – OAB/PR. Árbitro relacionado nas listas da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Paraná – Camfiap e Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná – Arbitac. Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont e Instituto de Direito Privado – IDP. Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná – IAP, Instituto de Direito Civil – IBDCivil e Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem – CBAR. Membro do Grupo de Trabalho do Senado Federal para a consolidação e proposta do novo Código Comercial. Membro do Iberc – Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. *E-mail*: paulo_nalin@arauz.com.br.

Phillip Gil França

Pós-Doutor (Capes – PNPd). Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUCRS, com pesquisas em Doutorado Sanduiche – Capes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Univel e da Escola da Magistratura do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Direito e Regulações da Univel. Advogado.

Rafael Corrêa

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, pela Escola de Magistratura Federal do Estado do Paraná (Esmafe/PR) e UniBrasil. Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (Virada de Copérnico/UFPR) no eixo de Relações Jurídicas Contratuais e Responsabilidade Civil.

Rafaella Nogaroli

Assessora de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pós-Graduada em Direito Médico pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) e em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná (Emap). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Bacharel em Direito pelo Unicuritiba. Coordenadora do grupo de pesquisas Direito da Saúde e Empresas Médicas (Unicuritiba), ao lado do Prof. Miguel Kfoury Neto. Membro do Iberc – Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. *E-mail*: nogaroli@gmail.com

Regina Linden Ruaro

Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Pós-Doutora pela Universidad de San Pablo – CEU de Madrid. Professora Decana Associada da Escola de Direito da PUCRS. Membro do Grupo Internacional de Pesquisa em Proteção de Dados Pessoais – Privacidad y Acceso.

Ricardo Schneider Rodrigues

Doutor em Direito pela PUCRS. Mestre em Direito Público pela Ufal. Professor Titular do Centro Universitário Cesmac. Sócio fundador/idealizador e Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas. Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas.

Rodrigo Mazzei

Mestre (PUC-SP). Doutor (Fadisp). Pós-Doutor. (Ufes). Líder do Núcleo de Estudos em Processo e Tratamento de Conflitos (Neapi – Ufes). Professor da Ufes (Graduação e PPGDir). Advogado. Consultor Jurídico.

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

Professora de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e Doutora em Direito. Mediadora. Advogada. *E-mail*: sitassinari@hotmail.com.

Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Processo Civil pela JusPodivm. Advogada especialista na área de Família e Contratos. Conselheira Federal da Ordem dos Advogados – OAB/SE. Professora Universitária dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Presidente da Associação Jurídico-Espírita do Estado de Sergipe (AJE-SE). *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8888290603918536>.